

Urbanização e rede urbana em Goiás entre as décadas de 1940 e 1980

Urbanization and Urban system in Goiás between the 1940s and 1980s

Urbanización y red urbana en Goiás entre las décadas de 1940 y 1980



Tathiana Rodrigues Salgado

Universidade Estadual de Goiás - Porangatu - Goiás - Brasil

tathiana.salgado@ueg.br

Resumo: Em Goiás, a gênese da rede urbana, no sentido compreendido por Corrêa (1994), está ligada às mudanças estruturais relacionadas à reintegração econômica do estado com a região sudeste do Brasil, ocorridas, principalmente, a partir das primeiras décadas do século XX. Essas mudanças promoveram uma nova dinâmica para o processo de urbanização e, conseqüentemente, influenciaram a estruturação da rede urbana estadual. Nesse sentido, o objetivo desse texto, fundamentado na pesquisa bibliográfica e no levantamento de dados secundários, é apresentar uma síntese dos aspectos da urbanização e da estruturação da rede urbana do estado de Goiás entre as décadas de 1940 e 1980.

Palavras-chave: Rede urbana. Urbanização. Goiás. 1940-1980. Macrocefalia.

Abstract: In Goiás, the genesis of the urban network, in the sense understood by Corrêa (1994), is linked to structural changes related to the economic reintegration of the state with the Southeast region of Brazil occurred mainly from the first decades of the 20th century. These changes promoted a new dynamic for the urbanization process and consequently influenced the structuring of the state urban network. In this sense, based on bibliographical research and the survey of secondary data, the objective of this text is to present a synthesis of aspects of urbanization and the structuring of the urban network in the state of

Goiás between the 1940s and 1980s.

Keywords: Urban network. Urbanization. Goiás. 1940-1980. Macrocephaly.

Resumen: En Goiás, la génesis de la red urbana, en el sentido entendido por Corrêa (1994), está ligada a cambios estructurales relacionados con la reintegración económica del estado con la región sureste de Brasil, ocurridos principalmente a partir de las primeras décadas de Brasil del siglo XX. Estos cambios propiciaron una nueva dinámica para el proceso de urbanización y consecuentemente influyeron en la estructuración de la red urbana estatal. En este sentido, el objetivo de este texto, basado en la investigación bibliográfica y en el relevamiento de datos secundarios, es presentar una síntesis de aspectos de la urbanización y la estructuración del tejido urbano en el estado de Goiás entre las décadas de 1940 y 1980.

Palabras clave: Red urbana. Urbanización. Goiás. 1940-1980. Macrocefalia.

Introdução

Considerando a genealogia da formação territorial goiana, não é possível falar – até o momento de reintegração econômica regional com o Sudeste brasileiro, ocorrida a partir da segunda década do século XX – sobre a existência de uma rede urbana, no sentido de um “conjunto funcionalmente articulado de centros, que se constitui na estrutura territorial onde se verifica a criação, apropriação e circulação do valor excedente” (Corrêa 1994, p.87). Subordinadas a uma economia de subsistência, derivada da ruralização da sociedade, ocorrida após o final do ciclo do ouro, as relações entre os lugares eram fracas e inconstantes, em um estado que ainda contava com uma grande dimensão territorial e severas dificuldades de comunicação.

Como escreveram Gomes et al (2004), durante o período colonial, as povoações desenharam no espaço goiano-tocantinense um autêntico arquipélago, pois, “como se fossem ilhas, eles se agrupavam em torno dos arraiais mais importantes localizados nos principais polos de mineração” (p. 95). Essa “rede de arraiais” perdurou descontínua e rarefeita, “só adquirindo realmente o aspecto de rede urbana no sentido geográfico do termo já em pleno século XX” (p. 96).

A chegada da ferrovia em 1909, o início da construção de Goiânia em 1933, a expansão das fronteiras agrícolas em direção a Goiás a partir da década de 1940, a abertura de estradas de rodagem, e, posteriormente, a construção de Brasília em 1957, estimularam o processo de urbanização e integração das cidades, e é a partir daí que podemos falar na estruturação da rede urbana estadual. Nesse sentido, o objetivo desse texto, fundamentado na pesquisa bibliográfica e no levantamento de dados secundários, é apresentar uma síntese dos aspectos da urbanização e da estruturação da rede urbana do estado de Goiás entre as décadas de 1940 e 1980.

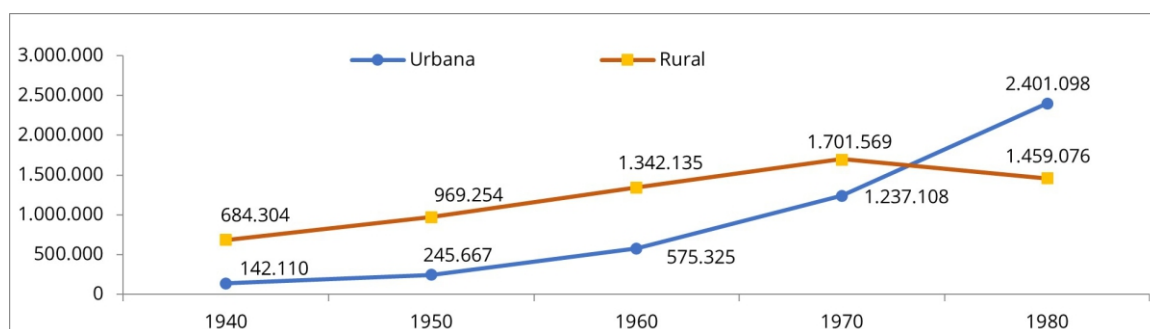
A urbanização em Goiás entre 1940 e 1980

A urbanização moderna – entendida, conforme proposto por Limonad (1996), como um processo espaço-temporal de estruturação do território – foi analisada, principalmente, a partir de duas clássicas vertentes. A primeira interpreta a urbanização

como uma consequência da Revolução Industrial ocorrida entre os séculos XVII e XIX. A segunda estuda o processo ocorrido nos países subdesenvolvidos, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Nesses países, a urbanização seria resultante do processo de modernização dessas sociedades e do aprofundamento das relações capitalistas em seus espaços nacionais. Nessas perspectivas, conforme salienta Santos (2012), atribui-se aos países industrializados uma urbanização antiga, realizada lentamente ao ritmo de sucessivas revoluções tecnológicas, e aos países subdesenvolvidos, uma urbanização retardada, porém rápida e marcada pela sobreposição de processos. É, portanto, dessa forma que ela irá se manifestar no processo de formação brasileira e goiana.

O período entre 1940 até o final da década de 1980 marca a inversão do local de moradia da população em Goiás. Em 1940, 82% dos 826.414 habitantes do estado viviam em áreas rurais, sendo que os municípios mais populosos eram: a nova capital Goiânia (48.166 hab.), a antiga capital Goiás (44.250 hab.), Anápolis (39.148 hab.), Rio Verde (31.377 hab.), Catalão (28.011 hab.) e Ipameri (25.625 hab.), essas duas últimas sob influência da Estrada de Ferro Goyaz (IBGE, 1940). Além disso, 15 dos 52 municípios existentes possuíam populações inferiores a 10.000 habitantes (IBGE, 1940). Em 1950, a população total era de 1.214.921 habitantes, distribuídos em 77 municípios e a taxa de urbanização era de 20,23%. (IBGE, 1950). Na figura 1 é possível verificar a evolução da população urbana e rural em Goiás entre 1940 e 1980.

Figura 1 - Evolução da população urbana e rural em Goiás entre 1940 e 1980*



*A área territorial compreendia os atuais estados de Goiás e Tocantins.

Fonte: IBGE. Centro Demográfico de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980.

Entre 1960 e 1970, ocorre um aumento expressivo da

população urbana, incrementando 639.684 mil novos habitantes. Em 1960, a população total é de 1.954.862 habitantes; desse número, a população rural correspondia a 1.355.458 e a população urbana a 599.404 (IBGE, 1960). Em 1970, a população total passa a ser de 3.634.900 pessoas – a população rural constituía-se de 1.698.941 habitantes e a população urbana de 1.239.088 habitantes (IBGE, 1970).

A década de 1970, ponto de inflexão, foi o momento em que aconteceu o decréscimo absoluto dos habitantes rurais e a taxa de urbanização ultrapassou os 50% da população total, indicando uma tendência à concentração demográfica no estado (IBGE, 1970).

As mudanças ocorridas na década de 1970 são confirmadas pelos dados apurados no censo de 1980, quando a população do estado alcança 3.860.174 habitantes, totalizando uma taxa de urbanização de 62%. Os municípios mais populosos eram Goiânia (717.519 hab.), Anápolis (180.012 hab.), Luziânia (92.817 hab.), Itumbiara (78.049 hab.) e Rio Verde (74.699 hab.). Nesses quarenta anos, a população rural mais que duplica, passando de 684.304 para 1.459.076 habitantes, enquanto a população urbana multiplica-se por mais de 16 vezes, saltando de 142.110 para 2.401.098 habitantes (IBGE, 1940, 1980).

Como destaca Arrais (2007), o expressivo aumento populacional teve reflexo formal no processo de fragmentação dos municípios. De 1940 a 1980, foram emancipadas 171 novas sedes municipais, 102 delas apenas entre os anos de 1950 e 1960. O processo, contudo, não aconteceu de forma homogênea, uma vez que os fluxos migratórios e os impactos da expansão da fronteira agrícola atingiram de forma diferente o extenso território goiano. Nesse sentido, a fragmentação foi mais intensa em áreas economicamente mais ativas. Esse foi o caso da região do Mato Grosso goiano, que, entre 1948 e 1958, teve 34 dos seus 41 municípios emancipados (ARRAIS, 2007).

Na região norte, porção que atualmente compõe o estado do Tocantins, entre 1940 e 1980, 38 novos municípios foram criados. Aqui é importante destacar que a ampliação da rede rodoviária, que acompanha a construção de Brasília, estimulou a urbanização na região setentrional do estado de Goiás. Sobre isso, Teixeira Neto (2001) registra a importância da BR-153 para o desenvolvimento de Goiás. O pesquisador, sem exageros, afirma que a Belém-Brasília tirou do isolamento em que se encontrava, até os anos de 1950, toda a Mesopotâmia Goiana (a extensa região

entre os rios Tocantins e Araguaia), incorporando-a, definitivamente, à economia de mercado. Valverde e Dias (1967) ressaltaram que as cidades não localizadas às margens da rodovia ou que não tinham acesso a ela perderam importância na configuração urbana do norte do estado. Nessa região, a fragmentação só incidiu de forma mais intensa após a criação do estado do Tocantins, em 1988.

Como já registrado em Salgado e Aurélio Neto (2016), a construção de Brasília, iniciada em 1957, teve papel importante na fragmentação municipal da região do Entorno do Distrito Federal. A área escolhida para a transferência da Capital Federal para o Planalto Central, conforme a Lei n. 2.874, de 19 de setembro de 1956, abrangia terras dos municípios de Planaltina de Goiás, Formosa e Luziânia. Esse centro administrativo, sede do poder federal, desde sua edificação atraiu pessoas de diferentes estados e classes sociais, uma intensa migração que resultou em uma demanda de moradia maior que a oferta.

De acordo com Arrais (2007), essa pressão por moradia foi mitigada com o deslocamento da população para o território goiano, o que pode ser constatado pelo alto crescimento demográfico e aparecimento de cidades próximas à divisa do Distrito Federal após o fim das obras da nova capital federal. Em Luziânia, por exemplo, entre 1950 e 1980, o número de habitantes passou de 19.657 para 92.817, um aumento de 372% em três décadas. O censo demográfico de 1980 registrou para a microrregião do Planalto um aumento populacional de 39% em relação ao censo de 1970. O expressivo crescimento populacional, inclusive em distritos novos, contribuiu para a fragmentação municipal da região do Entorno do DF, processo que foi verificado principalmente após a promulgação da nova Constituição Federal de 1988.

Aqui é importante destacar, conforme já apresentado em Salgado e Aurélio Neto (2016), que a construção de Brasília não impediu o alto crescimento demográfico de Goiânia. Em 1970, a população total de Goiânia era de 380.773 habitantes, com uma taxa de urbanização de 95,3%. Nas décadas seguintes, Goiânia continuou atraindo pessoas, capitais e empresas, mas, devido à valorização fundiária de seu solo urbano, muitos indivíduos foram forçados a uma segunda migração, tendo que buscar moradia nos municípios vizinhos. A tabela 1 aponta esse crescimento populacional em municípios vizinhos à capital estadual nos anos de 1970 e 1980.

Tabela 1 - Evolução populacional em municípios selecionados, entre 1970 e 1980

Município	População total e taxa de urbanização (%)			
	1970	%	1980	%
Aparecida de Goiânia	7.470	11,8	42.627	48,6
Goiânia	380.773	95,3	717.519	98,1
Goianira	6.091	24,6	7.488	63,0
Nerópolis	7.735	54,9	9.368	75,8
Trindade	22.519	61,1	30.609	73,1

Fonte: IBGE. Centro Demográfico de 1970 a 1980.

Os processos que promoveram as alterações representadas pelos números citados já foram bastante analisados por pesquisadores como Machado (1979), Teixeira Neto (1982), Deus (1996), Chaveiro (2007), Mendonça (2004), Arrais (2006, 2007, 2013) e Castilho (2016). Nessa literatura, o que destacamos é a influência determinante das mudanças do mundo rural, derivadas da expansão da fronteira agrícola nacional e da modernização do território, e a construção de duas capitais administrativas, na promoção de fluxos migratórios com aglomeração da população. O grande "ator sintagmático" dessas mudanças, usando a acepção de Raffestin (1993), foi o Estado, principalmente em sua instância federal.

A expansão das fronteiras agrícolas atraiu um número expressivo de migrantes para o estado e, em associação com as altas taxas de fecundidade registradas até o final da década de 1970, promoveu considerável aumento demográfico.¹ A modernização territorial, incluindo a modernização das técnicas produtivas do campo, impôs o deslocamento maciço das populações rurais para os núcleos urbanos. Porém, essas mudanças não ocorreram de forma homogênea pelo território, fato comprovado pelos diferentes índices de urbanização verificados nas regiões de Goiás no final da década de 1980, conforme é possível verificar na tabela 2.

Tabela 2 - População total, urbana, rural e taxa de urbanização por regiões de Goiás - 1980

Região	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop. Total	Tx. De Urbanização
Extremo Norte Goiano	102.337	132.081	234.418	43,66
Baixo Araguaia Goiano	30.056	56.081	86.137	34,89
Tocantínia de Pedro Afonso	15.157	57.534	72.691	20,85
Médio Tocantins - Araguaia	124.018	132.196	256.214	48,40
Serra Geral de Goiás	36.615	81.684	118.299	30,95
Alto Tocantins	118.370	128.305	246.675	47,99
Chapada dos Veadeiros	13.977	44.070	58.047	24,08
Vão do Paranã	22.709	47.853	70.562	32,18
Rio Vermelho	51.187	47.600	98.787	51,82
Mato Grosso de Goiás	1.211.787	300.788	1.512.575	80,11
Planalto Goiano	155.583	110.272	265.855	58,52
Alto Araguaia Goiano	64.382	44.579	108.961	59,09
Serra do Caiapó	123.131	60.180	183.311	67,17
Meia Ponte	96.536	87.484	184.020	52,46
Sudeste Goiano	102.408	65.476	167.884	61,00
Vertente Goiana do Paranaíba	200.950	92.507	293.457	68,48

Fonte: IBGE. Centro Demográfico de 1980.

O que importa, mais de perto no período destacado, é perceber que a urbanização goiana, não foi, em um primeiro momento, diretamente ligada à atração exercida pelo desenvolvimento de atividades econômicas tipicamente urbanas como a indústria e os serviços, mas de mudanças ocorridas nos espaços rurais. Mesmo o intenso crescimento dos municípios do entorno de Brasília, verificado nas décadas de 1960 e 1970, não é resultado da atração das cidades circunvizinhas à nova capital federal, mas da incapacidade dos migrantes envolvidos nas obras de edificação em fixar-se no Distrito Federal, como constatou Arrais (2007).

Embora a urbanização goiana, no período analisado, não tenha sido resultado direto da capacidade de atração promovido pelo desenvolvimento das atividades produtivas urbanas, ela motiva o desenvolvimento delas, especialmente das ligadas ao setor de serviços, uma vez que elas se mostram, nos centros urbanos, mais urgentes para o atendimento das necessidades diárias e menos intensivas em capitais que as atividades

industriais. Isso é, por exemplo, o que demonstra Salgado (2017) ao analisar a evolução do setor de serviços em Goiás entre os anos de 1940 e 1980.

Assim, podemos concluir que em espaços de baixo desenvolvimento industrial as atividades de serviços sustentam o processo de urbanização, além de serem funcionais à expansão da economia capitalista. Logo, a urbanização desigual também implica em diferentes capacidades das cidades em atrair e concentrar atividades econômicas, pessoas e fluxos, ou seja, diferentes centralidades. Dessa forma, quanto mais forte a centralidade, maior a capacidade de polarização, sendo que a articulação dos diferentes níveis de centralidades na escala regional define a estrutura da rede urbana.

No item a seguir demonstrar-se-á como a urbanização do estado de Goiás implicou na formação de uma rede urbana com forte tendência de polarização econômica e social em poucos centros urbanos.

A rede urbana goiana entre 1940 e 1980

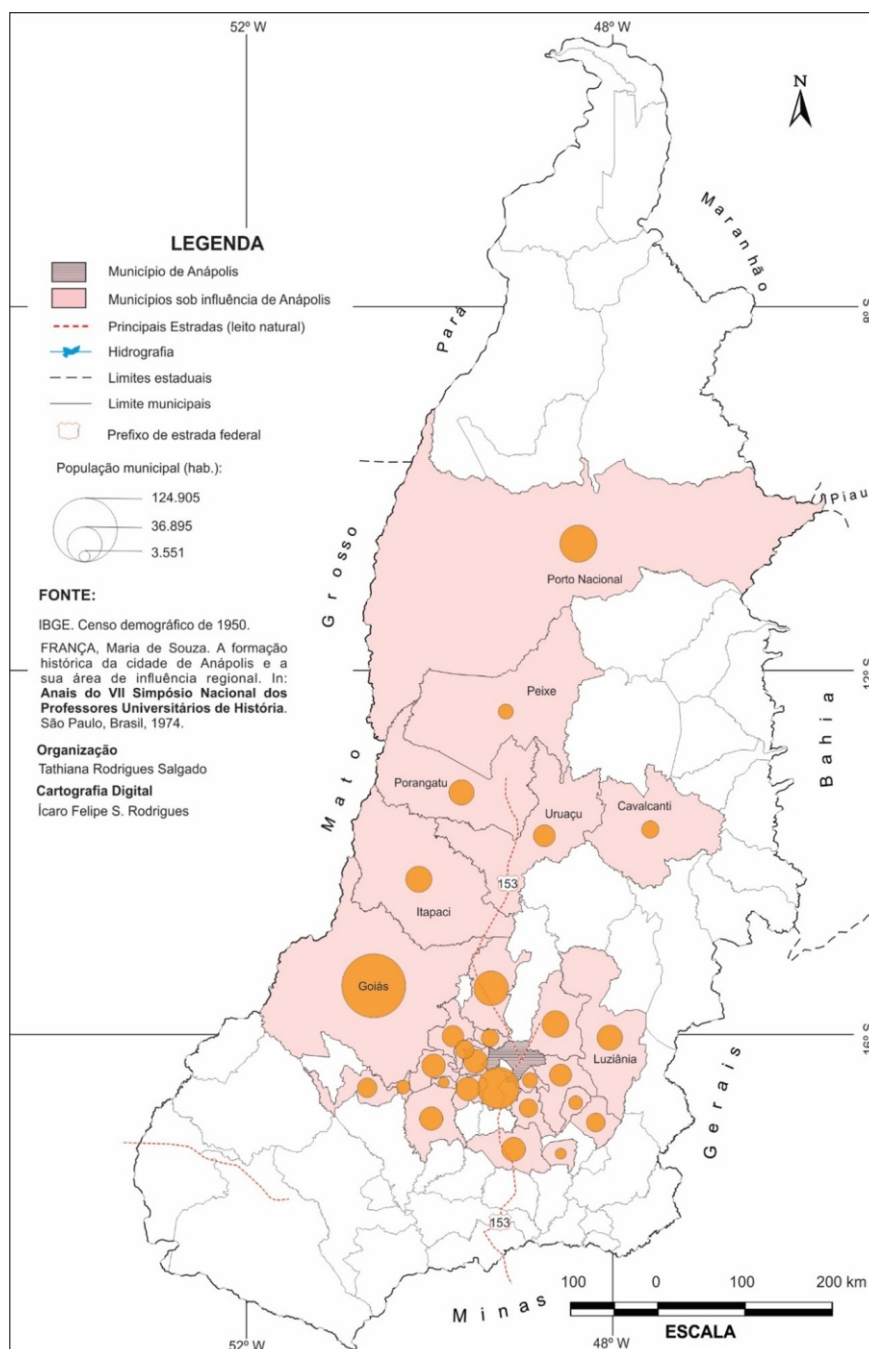
Entre o final da década de 1935 até a consolidação da nova capital estadual nos anos de 1950, é possível identificar Anápolis como a cidade mais importante para o território goiano. França (1974), com base em um levantamento histórico sobre a procedência dos clientes dos serviços médico-hospitalares, dos fregueses do movimento mercantil de compra e venda, dos municípios de origem dos estudantes em regime de internato e da relação de cidades que faziam publicações nos jornais da cidade, evidenciou a extensa área regional sob a influência de Anápolis, em 1950. Pelos dados levantados pela autora, os limites da região atendida pelos influxos de Anápolis compreendiam 32 municípios, os quais possuíam uma população tributária de 598.758 habitantes.

Como se pode verificar na figura 2, a forma da rede urbana comandada por Anápolis coincidia com as áreas mais povoadas e intensivas em atividades agrícolas do estado. Além de concentrar o maior número de atacadistas do estado em 1950, segundo França (1974), a rede bancária existente em Anápolis, cujos serviços se estendiam além dos limites municipais, também contribuiu para a projeção da cidade e para o alargamento de sua zona de influência.

zona de influência. Como registra a autora:

Em 1949, cinco agências de bancos funcionavam na cidade e um escritório de correspondência do Banco do Brasil. Dois desses estabelecimentos eram matrizes, pois foram fundados com capital anapolino (FRANÇA, 1974, p. 637).

Figura 2 - Municípios polarizados pela cidade de Anápolis, Goiás, 1950.



Como observa Machado (2009), a presença de instituições financeiras demonstrava que havia em Anápolis uma economia forte e um mercado consumidor que respondia a essa demanda. Para o autor, esses dois fatores, bancos e comércio, fomentaram na cidade um ostensivo movimento urbano.

Os municípios do extremo norte de Goiás que não estavam integrados à rede de Anápolis mantinham relações comerciais com as cidades de Belém (PA), São Luís e Carolina (MA), Barreiras e Salvador (BA), de acordo com o IBGE (1959). Artiaga (1951), por exemplo, registra o contínuo intercâmbio comercial entre a cidade de Tocantinópolis (antiga Boa Vista do Tocantins) e as praças de Belém e Maranhão, onde as trocas comerciais se faziam via fluvial, em embarcações que trafegavam pelo Tocantins e se achavam em articulação com barcos menores, subidos de Palma, e barcos maiores, que desciam até Belém.

As cidades do Sul, influenciadas pela Estrada de Ferro, e as do Sudoeste, devido à proximidade geográfica, mantinham relações preferencialmente com os municípios do triângulo mineiro (IBGE, 1959).

Desde 1950, Goiânia é a cidade mais importante do Estado de Goiás. Por já nascer como capital, é privilegiada pelos investimentos públicos e privados, concentrando as principais funções administrativas e atividades do setor de serviços, além de se tornar o vértice do sistema de rodagem estadual em desenvolvimento. Nesse momento, uma nova rede urbana, comandada por Goiânia, passa a se estruturar no território goiano. A rápida troca de posição entre Anápolis e a nova capital evidencia a fluidez das redes urbanas em países subdesenvolvidos, característica já destacada por Santos (2012). Nas palavras do autor

É próprio das “redes” urbanas nos países subdesenvolvidos estarem atualmente submetidas a uma sucessão de mutações muito rápidas, que as fazem muito vulneráveis [...]. Basta o aparecimento de uma nova rodovia para desarranjar completamente a organização do comércio, por causa da grande debilidade do equipamento em conjunto. (SANTOS, 2012, p. 160).

Um estudo realizado pelo IBGE em 1966, visando identificar centros de polarização e suas respectivas áreas de influência,

segundo aspectos do setor de serviços, reconheceu três centros polarizadores de 2º nível em Goiás, Anápolis, Goiânia e Brasília, todos dentro da área de atuação da metrópole nacional de 1º nível, São Paulo (IBGE, 1967)². O estudo não identifica com exatidão a área de atuação de cada um dos centros, mas reconhece que a ação conjugada de Anápolis e Goiânia polarizava todo o centro-norte goiano e expandia-se pelo noroeste de Minas Gerais, sul do Maranhão e leste do Mato Grosso. Anápolis era o grande centro comercial atacadista, entreposto que drenava todo o norte de Goiás. Valverde e Dias (1967), por exemplo, registram a existência de filiais de atacadistas anapolinas na cidade de Imperatriz do Maranhão.

No entanto, Goiânia, além da função comercial já evidenciada, também se destacava pela função político-administrativa. Como destaca Arrais (2013), a concentração de pessoas em Goiânia passou a estimular demandas, nas mesmas proporções, de capitais fixos, bens e serviços, de meios de informação e da atividade política institucional, ou seja, de uma gama de atributos da modernização, tanto materiais quanto imateriais, os quais passaram a influenciar a produção do território goiano.

A influência em serviços dos dois centros, contudo, não era predominante nas cidades do sul e sudoeste do estado, região marcada pela emergência de cidades com destacado perfil agropecuário, como Catalão, Itumbiara, Rio Verde e Jataí. Essas cidades, além de apresentarem relativa presença de estabelecimentos de serviços (conforme mencionado no subcapítulo anterior) continuavam a manter suas relações, preferencialmente, com Uberaba e Uberlândia (IBGE, 1967).³

A diferenciação dos dois principais centros da rede goiana é evidenciada no estudo da Divisão do Brasil em Regiões Funcionais, publicado pelo IBGE em 1972. Nele, Anápolis foi classificada como um importante centro regional no planalto, e destacava-se, principalmente, na comercialização da produção agrícola e em seu beneficiamento primário, pois 41% dos relacionamentos da cidade eram de fluxos agrícolas.⁴ No caso de Goiânia, foi classificada como a cabeça de rede (metrópole regional), em virtude de a capital goiana ter relacionamentos, no atendimento de serviços à economia e à população, apenas com as metrópoles nacionais São Paulo e Rio de Janeiro. Com a primeira cidade, Goiânia possuía seis relacionamentos, três fluxos agrícolas e três vínculos na economia (filiais e abastecimento de atacadistas e varejistas). Já com a segunda metrópole nacional, a cidade estabelecia três relacionamentos com vínculos econômicos, os

mesmos de São Paulo, além de haver relações com centros de produção industrial no abastecimento (IBGE, 1972).

Além de estar subordinada apenas às duas metrópoles nacionais, a capital goiana destacava-se no período por sua suficiência no atendimento às necessidades da população de sua área, em relação ao comércio de varejo comum e especializado, aos serviços médico-hospitalares e aos serviços educacionais. Aliás, dentro de sua área de influência, 52% dos relacionamentos estavam nesse último gênero de serviços (IBGE, 1972). Sua rede possuía uma área total de 920.940 km² e abrangia quase todo o Estado de Goiás, estendendo-se pelo leste de Mato Grosso e pelas áreas de Salvador, no planalto ocidental baiano, por sua ação conjugada com Brasília. Em razão disso, a população tributária relativa a essa área era de 3.226.500 habitantes.

Além de um número alto de cidades a ela subordinada, Goiânia possuía grande número de relacionamentos com sua área de influência, representado por 1.542 ligações, número maior que de outras metrópoles como Curitiba, com 1.242 ligações, Belém, com 1.121, e até mesmo Rio de Janeiro, que possuía 1.154 relacionamentos. Ademais, Goiânia apresentava ainda cerca de 500 relacionamentos fora de sua área de atuação dominante. (IBGE, 1972).

A rede comandada pela capital goiana compreendia ainda um centro regional B, representado pela cidade de Brasília, e oito centros sub-regionais: Inhumas, Pires do Rio, São Luís dos Montes Belos, Jataí, Ceres, Porto Nacional, Formosa e o município baiano de Barreiras. Castilho (2012) esclarece que, no final da década de 1960, por exemplo, Ceres, pela posição privilegiada de entroncamento rodoviário, já se estabelecia como importante centro regional na área da saúde e nas funções comercial e industrial, por possuir beneficiadoras de produtos agrícolas. Sobre os serviços de saúde em Ceres, Castilho (2012, p. 133-134) destaca que:

já nas primeiras décadas de sua formação, Ceres foi administrada por prefeitos médicos. A alta concentração de população no período da CANG e os consequentes índices de doenças que dali emergiram (como a malária) trouxeram a instalação de instituições de saúde no núcleo urbano. À medida que a ocupação se expandia pela região, a demanda por serviços de saúde também aumentava. Isso porque não havia serviços de saúde em outros municípios, povoados ou vilas,

favorecendo a instalação de novos hospitais em Ceres. A infraestrutura de saúde, que se desenhava ali, tinha participação direta do estado, visto que a cidade já possuía uma estrutura montada em função do espaço herdado da CANG e uma demanda regional crescente. Além do que, o papel relevante nesse processo foi a força política dos médicos que se instalaram na cidade e a posição de Ceres na região, centralizada e bem servida por estradas.

Em 1966, o segmento de rede de Ceres era formado por 12 cidades, dois centros locais, Itapaci e Rubiataba, e dez municípios polarizados, Carmo do Rio Verde, Rialma, Rianópolis, Uruana, Hidrolina, Pilar de Goiás, Santa Terezinha de Goiás, Crixás, Mozarlândia e Nova América (IBGE, 1972).

Na década de 1960, a área comandada por Goiânia ainda estava em processo de desenvolvimento e urbanização, portanto, com um setor de serviços muito incipiente, sendo bastante influenciada pela construção de Brasília e pelas redes rodoviárias de ligação com a nova capital federal. Essa estrutura socioeconômica, associada à ação das cidades mineiras de Uberlândia e Uberaba, na parte sul do estado, determinou a forma excêntrica assumida pela rede goiana, com os eixos de influência predominantemente direcionados para o norte do principal centro polarizador, como é possível verificar na figura 3.

A posição periférica da capital goiana reflete o seu papel como centro dinâmico de uma hinterlândia que se povoava e se valorizava à retaguarda, sendo Goiânia e Brasília os postos avançados da “core área” de São Paulo e Rio de Janeiro (IBGE, 1972). Tal papel influenciava ainda mais a expansão dos serviços nos centros polarizadores, visto que o mercado potencial era bastante expressivo.

Figura 3 - Rede de lugares centrais e área de atuação de Goiânia, 1967



Goiânia chega à década de 1980 como a grande Metrópole Regional do Centro-Oeste e sua área de influência continua a estender-se para além dos limites estaduais. De acordo com dados do IBGE (1987), a rede urbana de Goiás, no final da década de 1970, não contava com nenhuma cidade com nível hierárquico imediatamente inferior ao de Goiânia. Anápolis e Brasília eram as capitais regionais da rede. Em comparação com o estudo anterior, o que se pode notar é que não houve grandes mudanças na hierarquia urbana da rede estadual, sendo que a maior alteração foi a perda de atuação de Goiânia nas regiões do nordeste goiano e oeste da Bahia, que passaram a ser áreas de atuação de Brasília, como pode ser verificado na figura 4.

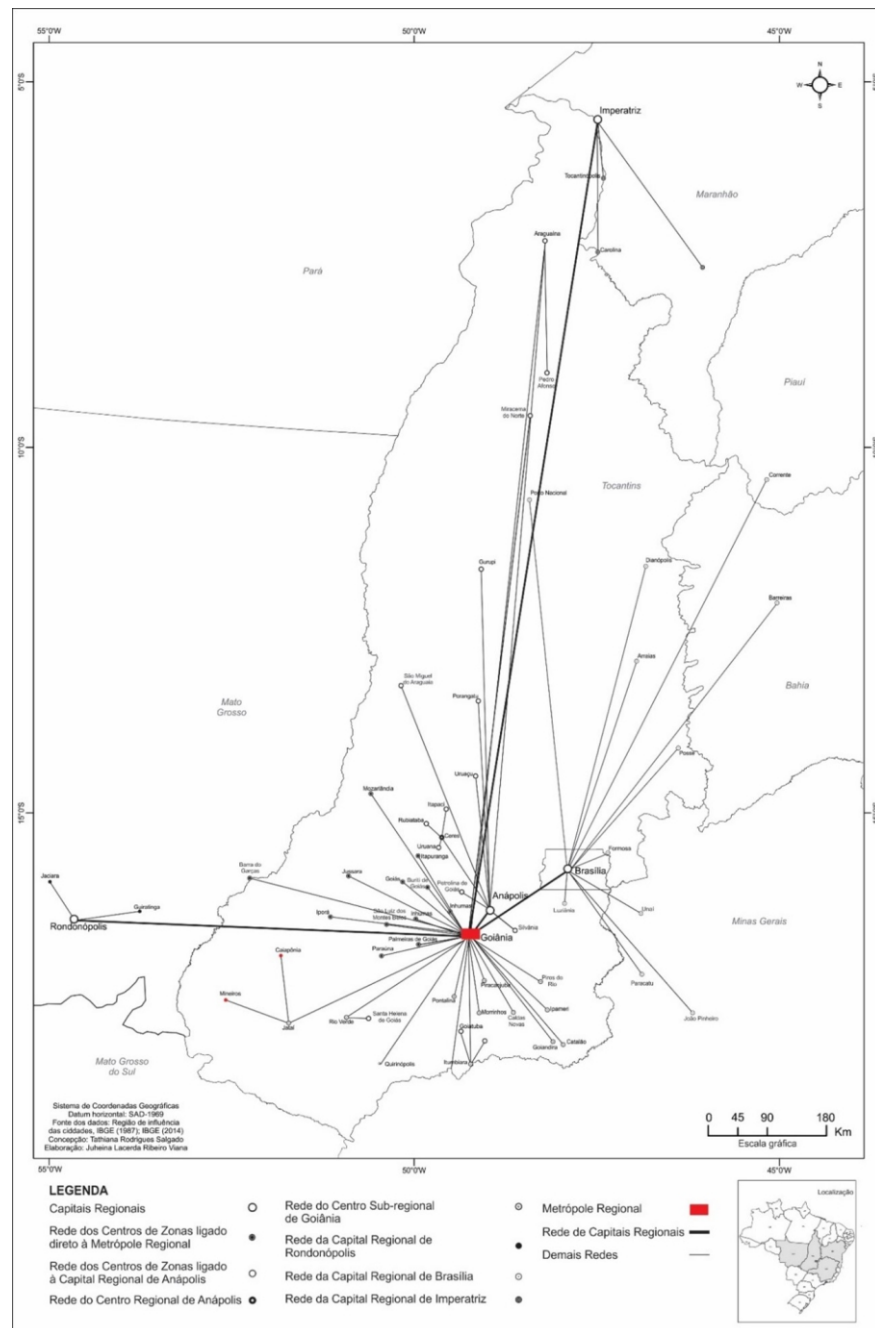
Como nos lembra Arrais (2006), fatores como a modernização da agricultura em algumas regiões do estado, o êxodo rural, o amadurecimento de um amplo pacote de investimentos em infraestrutura rodoviária e energética para atender tanto a capital goiana como a nova Capital Federal foram determinantes para a consolidação de Goiânia e de seu conseqüente processo de metropolização. O fato de ser a capital estadual canalizou para Goiânia grande quantidade de recursos públicos e privados, o que aumentava gradativamente sua centralidade. A rede urbana goiana da década de 1980, portanto, traz outro aspecto marcante das redes urbanas dos países subdesenvolvidos que é a presença da cidade primaz ou, como denominou Santos (2012), do fenômeno de macrocefalia. Segundo o autor “a macrocefalia é uma noção relativa que faz aparecer a importância demográfica e, sobretudo, a importância econômica de uma cidade em relação à de outra cidade e à do conjunto do país” (SANTOS, 2012, p. 164).

Como afirma Santos (2012, p. 167), “a macrocefalia das metrópoles responde à fraqueza dos centros imediatamente subordinados, de forma que a cadeia hierárquica às vezes fica reduzida a um só escalão”. Adiante, o autor ainda destaca que:

A fraqueza dos centros intermediários estaria relacionada além de fatores de ordem econômica, como reduzido mercado consumidor, a mais dois fatores: de um lado, os centros intermediários nos países subdesenvolvidos se caracterizam sociologicamente pela falta de uma burguesia empreendedora, dotada de capitais e disposta a investir localmente; às vezes, essa burguesia é forçada a partir para as maiores cidades. De

De outro lado, o Estado pouco se preocupa em repartir geograficamente os investimentos (SANTOS, 2012, p. 268).

Figura 4 - Rede de lugares centrais e área de atuação de Goiânia, 1987



O fenômeno de macrocefalia pode ser observado, por exemplo, no âmbito do processo de urbanização brasileiro. De

acordo com O'Neill (2016), a urbanização brasileira cresceu, de modo geral, desigual, expandindo de forma primaz poucas cidades, que concentram cada vez mais população e riqueza, e multiplicando pequenos centros urbanos, que, em muitos casos, abrigam uma força de trabalho fortemente ligada ao setor primário.

A maioria dos centros urbanos em Goiás se encontravam até a década de 1980 ligados a uma economia agrária, à atividade primária, e poucas cidades se destacam na economia comercial e financeira, em nível estadual. Nesse contexto, Goiânia consolida-se, desde sua criação, como centro comercial e financeiro, que além de deter os privilégios de ser sede administrativa do poder estadual – podendo utilizar maior volume de recursos públicos em infraestrutura e concentrar funções urbanas –, atrai população e investimentos de capitais em comércio e serviços, e drena recursos do espaço agrário. Todas essas funções e interações direcionadas para a capital estadual impedem o aparecimento de centros intermediários, ou seja, os centros regionais no estado de Goiás, produzindo, dessa forma, uma rede urbana macrocéfala.

É válido ainda destacar, conforme é apresentado em IPEA (2002), que para o estado de Goiás, os dados de 1985 já mostravam a existência de dois principais subsistemas produtivos: o centro-noroeste, nucleado por Goiânia e, em escala bem menor, por Anápolis; o sul goiano, nucleado por Uberlândia (MG) e, em menor escala, por Ituiutaba (MG); Rio Verde (GO) e Itumbiara (GO). Assim, embora já em 1985 o sul goiano fosse nitidamente a principal frente de agropecuária comercial, sua polarização externa por Uberlândia provocava a evasão da renda gerada e, com isso, fragilizava o potencial de diversificação dos núcleos intermediários em Goiás, o que confirma Goiânia como a principal cidade da rede no final da década de 1980.

Conclusões

A interpretação da urbanização de Goiás só é compreensível por meio do vínculo entre expansão da fronteira agrícola, modernização territorial e aglomeração demográfica. Nesse sentido, o que verificou-se entre as décadas de 1940 e 1980 é um processo de concentração da população rural que se processou de forma desigual pelo território goiano, uma vez que os processos que deram origem ao movimento de concentração demográfica

também se espacializaram de forma desigual sobre o território goiano, implicando, também, em diferentes especializações funcionais no que se refere à concentração de serviços e capital, logo formando um conjunto de cidades com diferentes níveis de centralidade, com forte tendência de polarização econômica e social em poucos centros urbanos, destacando-se, entre eles, a nova capital Goiânia. Tendo em vista essa urbanização concentradora, estrutura-se também uma rede urbana típica dos espaços periféricos do sistema capitalista, marcada pela superconcentração populacional e por ser monocêntrica.

Notas

1. “Até a década de 1970 as mulheres residentes em Goiás registravam taxa de fecundidade de seis filhos, fenômeno que declinou rapidamente para 2,47 em 1991, e 2,2 em 2000” Chaveiro et al (2009 p. 50)”.
2. Os indicadores usados foram: comércio de mercadorias, serviços bancários e financeiros, serviços administrativos e de direção, serviços de consultoria e publicidade, serviços de educação, serviços de saúde e serviços de cultura e lazer. A área polarizada foi delimitada por um balanço das diversas áreas de influência dos centros urbanos, segundo os indicadores citados (IBGE, 1967).
3. Uberaba polarizava os municípios goianos de Aporé, Itajá e Itarumã, e Uberlândia exercia influência sobre os municípios de Água Limpa, Ananguera, Buriti Alegre, Cachoeira Alta, Caçu, Caldas Novas, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Corumbaíba, Cumari, Goiandira, Goiatuba, Ipameri, Itumbiara, Jataí, Joviânia, Marzagão, Mateira, Morrinhos, Nova Aurora, Ouvidor, Quirinópolis, Rio Verde, Santa Helena, Serranópolis, Três Ranchos. (IBGE, 1967).
4. O estudo do IBGE (1972) classificou os centros urbanos em quatro níveis: Metrôpoles, divididas em quatro subníveis (grande metrôpole nacional, metrôpole nacional, metrôpole regional e centro metropolitano), Centros Regionais, Centros sub-regionais e Centros Locais, todos subdivididos em A e B.

Referências

ARRAIS, Tadeu A. **Geografia Contemporânea de Goiás**. Goiânia: Vieira, 2006.

ARRAIS, Tadeu P. A. **A Região como Arena Política**. Goiânia: Vieira, 2007.

ARRAIS, Tadeu P. **A produção do território goiano: economia, urbanização, metropolização**. Goiânia: UFG, 2013.

ARTIAGA, Zoroastro. **Geografia econômica e descritiva do estado de Goiás: 1o Tomo**. Goiânia: Tipografia do Triângulo, 1951.

BERTRAN, Paulo. **Formação econômica de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1978.

CASTILHO, Denis. A colônia agrícola nacional de Goiás (CANG) e a formação de Ceres-Go – Brasil. **Élisée: Revista de Geografia da UEG**, v. 01, n. 01, p. 117-139, jun. 2012

CASTILHO, Denis. **Modernização territorial e redes técnicas em Goiás**. Goiânia: UFG, 2016.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Goiânia: travessias sociais e paisagens cindidas**. Goiânia: UCG, 2007.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; CALAÇA, Manoel; BORGES, Mônica C. da S. A dinâmica demográfica de Goiás. Goiânia: Ellos, 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1994.

DEUS, João Batista. **A urbanização de Goiás**. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

FRANÇA, Maria de Souza. **A Formação Histórica da cidade de Anápolis e sua área de Influência regional**. São Paulo: ANPUH, 1974.

GOMES, Horieste; TEIXEIRA NETO, Antônio; SALES, Altair. **Geografia: Goiás-Tocantins**. Goiânia: UFG, 2004.

IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

IBGE. Esboço preliminar da divisão do Brasil em espaços homogêneos e espaços polarizados / IBGE, Conselho Nacional de Geografia, Divisão de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

IBGE. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro, 1972.

IBGE. **Regiões de influência das cidades - 1978**. Rio de Janeiro: IBGE, DGC, 1987.

IBGE. **Censos demográficos** 1940, 1950, 1980, 1991, 2000 e 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: várias datas.

IPEA/IBGE/UNICAMP. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**. Campinas: Unicamp/Ipea /IBGE, v. 4, 2002. (Coleção Pesquisas 3).

LIMONAD, Ester. **Os Lugares da urbanização**: o caso do interior fluminense. 1996. 247 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

MACHADO, Hamilton. Imagens do comércio anapolino no jornal "O Anápolis" (1930-1960): a construção da Manchester goiana. Dissertação (mestrado em história) - Faculdade de História, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2009.

MACHADO, Lia. O. Urbanização e política de integração no norte de Goiás. 1979. 198f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1979.

MENDONÇA, Marcelo R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudoeste goiano**. 2004. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2004.

O'NEILL, Maria Monica. **Rede Urbana**. In: IBGE. Atlas Nacional do Brasil. Rio de Janeiro, 2016.

TEIXEIRA NETO, Antônio. Formação territorial: considerações sobre alguns aspectos geográficos, históricos e políticos. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 2, n. 2, 1982.

TEIXEIRA NETO, Antônio. Os caminhos de ontem e de hoje em direção a Goiás-Tocantins. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 21, n. 1, 2001. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/4206/3682> Acesso em 20/02/2021.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. SP: ed. Ática, 1993.


SALGADO, Tathiana R.; AURÉLIO NETO, Onofre P. A hinterlândia da metrópole Goiânia: análise das interações espaciais dos centros na rede urbana. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v.10, n.24, set. / dez. de 2016. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/3167/2203> Acesso em 20/02/2021.

SALGADO, T. R. Setor de Serviços e urbanização pretérita. **Elisée: Revista de Geografia da UEG**, Porangatu, v. 6, n. 2, p. 29-57, jul./dez. 2017.

SANTOS, Milton. **Manual de geografia urbana**. São Paulo: Edusp, 2012.

VALVERDE, Orlando; DIAS, Catharina V. **A rodovia Belém-Brasília: estudo de Geografia Regional**. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

Tathiana Rodrigues Salgado - Licenciada, bacharel, mestre e doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Docente da Universidade Estadual de Goiás na unidade de Porangatu e no Programa de Pós-graduação em Geografia da UEG, campus Cora Coralina.

 <https://orcid.org/0000-0002-2656-4862>

Recebido para avaliação em 10 de setembro de 2021

Aceito para publicação em 29 de outubro de 2021

Publicado em 11 de novembro de 2021